

## O MOMENTO CRUCIAL ARGENTINO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Valor Econômico*, 3 de maio, 2002.

Quando um país entra em uma crise tão grave quanto aquela em que se encontra a Argentina, quando um país se endivida da forma que aquele país se endividou para manter uma taxa de câmbio artificialmente alta, é inútil buscar os culpados. Basta saber que não são apenas os devedores – o povo argentino, suas empresas, seus bancos e seu governo – mas também os credores internos e externos que emprestaram por tanto tempo, de forma tão irresponsável, e as agências internacionais, que apoiaram o *currency board*. E, a partir dessa constatação, procurar dividir as perdas da forma mais razoável possível.

Dividir as perdas é um eufemismo para *default*. Os estoques de dívida pública e de dívida externa tornaram-se tão grandes que a Argentina não tem condições mínimas de pagá-los na sua íntegra. A Argentina está na situação descrita pela diretora técnica do Fundo, Anne Krueger, em seu recente discurso propondo um sistema de concordata para países insolventes: não basta reescalonar suas duas dívidas: é preciso, além disso, reduzi-las em termos nominais e de valor presente, possivelmente pela redução da taxa de juros dos valores reestruturados.

Quem poderá ser o responsável por essa tarefa? O FMI? Impossível: apesar da importância estratégica dessa agência, ela é uma organização burocrática que não tem a legitimidade necessária para administrar um problema dessa natureza. Só a teria se o plano de Anne Krueger de institucionalizar as concordatas internacionais fosse aprovado. Mas nada indica que isto venha a ocorrer em breve. E, de qualquer forma, o mandato do FMI se limitaria à dívida externa. Ora, a reestruturação precisa também ser – e na mesma proporção, da dívida interna.

Então, a tarefa de reestruturação poderia caber aos Estados Unidos enquanto potência hegemônica? O governo Bush, sem dúvida, poderia ser mais atuante nessa matéria. O ministro O’Neil agiu corretamente ao não concordar em continuar apoiando a política irresponsável de Domingos Cavallo, mas, a partir do momento em que o governo argentino resolveu pela única saída possível – a desvalorização –, poderia estar revelando uma atitude mais positiva em relação à Argentina, ao invés de usá-la

como exemplo para outros eventuais devedores. Mas é preciso não exagerar a possibilidade de ação do governo americano. Não apenas lhe falta mandato para resolver o problema, mas este é suficientemente complexo e delicado para que Bush e O’Neil prefiram uma certa distância. Martin Wolf, do *New York Times*, reconheceu este fato ao afirmar recentemente “a salvação só pode vir de dentro”.

Na verdade, a única instituição que tem mandato e legitimidade para resolver a questão é o Estado argentino e seu governo. Cabe ao Presidente Eduardo Duhalde e ao novo ministro da economia, Roberto Lavagna – economista competente que conheço bem – tomarem as decisões fundamentais, com apoio do Congresso: que não são apenas uma – o ajuste fiscal pelo corte da despesa –, mas pelo menos de quatro tipos”: como reduzir a despesa pública, como estabelecer um desconto sobre a dívida interna e externa, como readquirir a confiança dos empresários a voltarem a produzir (e também dessa maneira alcançar o equilíbrio fiscal), e como evitar a excessiva flutuação do câmbio, que pode levar o país de novo à hiperinflação.

Em relação à última questão, provavelmente não restará alternativa para o governo argentino senão a centralização provisória do câmbio, com a imposição de amplo controle do movimento de divisas estrangeiras. Eu sei que esta é uma política difícil de implementar, que levará o pensamento convencional a franzir os olhos, que não terá o apoio do FMI e do governo americano; que o ideal seria manter o câmbio flutuando livremente, ou quase livremente. Mas já que o FMI e os Estados Unidos não têm condições de oferecer uma saída melhor – limitam-se apenas a pedir ajuste fiscal e uma ‘política sustentável’ – é o próprio governo argentino que tem que decidir como controlar o câmbio e reestruturar as duas dívidas.

O que é fundamental, neste momento, é que a autoridade do governo seja assegurada. O Presidente Duhalde ameaçou renunciar se o projeto de seu ex-ministro da economia, Jorge Lenicov, de redução da dívida interna, não for aprovado. Ele está certo. Ou ele e seu novo ministro conseguem afirmar sua própria autoridade, apresentando uma solução para os problemas da economia argentina que seja consistente e por isso tenha credibilidade, ou não vale a pena permanecerem no cargo.

Os protestos populares contra a transformação dos depósitos bancários em bônus indicam que o povo argentino ainda não se deu plenamente conta da gravidade de sua situação. A resistência que os credores internacionais apresentarão a alguma forma de centralização do câmbio e de securitização da dívida externa não será menor. E estes, ao contrário dos primeiros, não estão desesperados. Estarão apenas jogando, legitimamente, um jogo de poder, no interesse de suas empresas.

Mas os credores internos ou externos são afinal racionais. O que qualquer analista minimamente objetivo deverá aceitar é que o fundamental, hoje, para a Argentina, é restabelecer a confiança dos empresários, e fazer a economia voltar a crescer pela via das exportações. Dessa forma será possível alcançar o ajuste fiscal

completo. Dessa forma, será possível afinal pagar mais – e não menos – a credores internos e externos. É possível, inclusive, desenvolver uma fórmula que relacione o tamanho do desconto com a capacidade de pagamento que o país revele nos anos próximos.

Ora, para lograr esse objetivo, será necessário um enorme rigor fiscal. Mas não basta isto. É preciso um plano coerente de saída da crise, que envolva medidas excepcionais e corajosas no plano de reativação da economia, de reestruturação das dívidas, e do controle do câmbio. Em tempos anormais, não há como fugir a soluções dessa ordem. Que serão, por definição, temporárias. Uma das razões básicas para que existam estados nacionais é exatamente para que decisões desse tipo possam ser tomadas. Da mesma forma que os estados definem as leis, e garantem os contratos, eles são os únicos que podem decidir por sua quebra responsável nos momentos cruciais de crise.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, 67, é professor de economia, na Fundação Getúlio Vargas, e de teoria política, na USP. Foi Ministro da Fazenda (1987) e da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998).

[bresserpereira@uol.com.br](mailto:bresserpereira@uol.com.br)

[www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)